

Brasil Mulher

Ano 2

Abril - 1977

Extra

Cr\$ 5,00

DOCUMENTO

8 DE MARÇO DE 1977

DIA INTERNACIONAL DA MULHER — BRASIL



**“Ou lutamos unidas ou morremos de fome”
Depoimentos. Reportagens. Manifestos.**

comunicado conjunto dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres

Nós acreditamos que a luta pela emancipação da mulher faz parte da luta pela libertação do Homem. Portanto deve ser levada não só por mulheres, mas sim por Mulheres e Homens.

Ao longo da História a tarefa da mulher tem sido a de realizar um trabalho dentro de casa que não é remunerado e que aparentemente não tem valor. O trabalho doméstico é, portanto, um trabalho invisível, sendo considerado como uma categoria secundária, essencialmente feminina. Quem o exerce vive marginalizada da economia, da sociedade e da História. A função da mulher tem ficado muito limitada a cuidar da casa, a ter e criar os filhos. Para que isso seja feito como algo natural e inquestionável, desde criança os brinquedos que recebe apenas reforçam estas idéias — bonecas, jogos de panelinhas, etc. Através dos meios de comunicação — rádio, TV e revistas — insiste-se em transformar a mulher em elemento decorativo, tentando criar nela, muito cedo, a convicção de que nascem para agradecer por meio do sexo, e não para atuar através do trabalho.

Para que essa situação seja mantida e sustentada a legislação, a moral e os costumes são estabelecidos para apoiar e reforçar os comportamentos masculinos e femininos.

Estes fatos contribuem, sem dúvida, para limitar sua criatividade, e para que sua mentalidade permaneça mais atrasada.

Mas este é apenas um lado da questão.

O desenvolvimento industrial tornou necessária a presença da mulher na produção. O baixo salário do trabalhador obrigou outros membros da família, mulher e filhos, a partirem em busca do trabalho para equilibrar o orçamento doméstico, isto é, garantir o mínimo para sua sobrevivência.

Pois vivemos numa sociedade em que a riqueza é distribuída desigualmente em que uma pequena parcela da população se apropria dos frutos do trabalho da grande massa trabalhadora de brasileiros que vive em condições de extrema pobreza.

Entretanto, mesmo trabalhando 8 horas fora de casa, ela continua a desenvolver dentro de casa o mesmo trabalho de antes, o que quer dizer que trabalha em média 15 a 16 horas por dia. É o que se chama de «dupla jornada de trabalho».

Apesar das importantes modificações que o trabalho da mulher fora de casa traz, tais como maior contato com outras pessoas e com os problemas mais gerais e coletivos, ela continuou sofrendo discriminações, seja no salário mais baixo que o dos homens pelo mesmo serviço, seja no tipo de trabalho em que é levada a trabalhar em função ditas femininas e auxiliares, como as de professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, etc.

Uma das consequências mais importantes desta discriminação sala-

rial e cultural é manter um exército de mão-de-obra barata e disponível.

A sociedade em que vivemos não tem condições de abrir a todos as mesmas oportunidades de trabalho e de desfrutar de seus benefícios, porque seu objetivo maior é o lucro. Como explicar que haja desemprego e sub-emprego se tanta gente quer trabalhar e estudar, se há tantas tarefas importantes para serem realizadas na sociedade? Se todas as mulheres quisessem trabalhar, haveria emprego para elas? É claro que não, pois se não há nem para os homens! Por isso a marginalização e controle da mulher têm sido tão necessários para a manutenção desse sistema.

Como resolver estes problemas, já que sofremos as consequências de uma sociedade que nos limita e impede uma participação maior nas atividades mais gerais? Queremos aqui levantar alguns pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar hoje:

1 - Maior participação no trabalho produtivo fora de casa. Por que? Porque trabalhando a mulher toma contato com os problemas mais gerais e coletivos. Para que a mulher possa trabalhar fora de casa são necessárias algumas mudanças: combate aos preconceitos familiares e sociais que se opõem ao trabalho feminino; direito da mulher escolher livremente se deseja ou não ter filhos, e quantos; disponibilidade de creches e parques infantis; salário igual para trabalho igual ao do homem, entendendo isto dentro da luta de todos por melhores salários e melhores condições de vida.

2 - Maior participação na luta pelas soluções dos problemas de suas comunidades — custo de vida, transporte, água, esgoto, educação, saúde.

3 - Maior participação na luta pela solução dos problemas gerais de sociedade — No momento atual significa maior participação na luta pelas liberdades democráticas: direito de organização, manifestação, participação e crítica; pela defesa dos direitos humanos e pela anistia de presos e irrestrita a todos os atingidos por suas idéias e atos políticos.

Cabe, pois, às mulheres assumir maior participação na vida econômica, política e social, procurando desenvolver cada vez mais a crítica permanente e geral na solução coletiva dos problemas de nossa sociedade, tendo em vista a eliminação de qualquer tipo de opressão. Essa é, no entanto, uma tarefa que pertence a Homens e Mulheres. A mulher nunca conseguirá libertar-se se não houver a libertação de todos os trabalhadores. O desenvolvimento da consciência e da participação da mulher multiplica as possibilidades de transformação da situação atual.

Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres se propõem a ser tribunas abertas para essa luta. Lançamos este comunicado como proposta inicial para ser refletida e desenvolvida. Assim estaremos contribuindo para aumentar o grau de participação de Homens e Mulheres na luta particular da emancipação feminina, ao mesmo tempo que lutamos e trabalhamos pela transformação da sociedade.

moções aprovadas por aclamação

APRESENTADA PELOS JORNAIS

BRASIL MULHER E NÓS MULHERES

Ao comemorarmos o «Dia Internacional da Mulher» como um dia de luta da Mulher Brasileira, não poderíamos deixar de expressar nossa manifestação ainda que breve, acerca do momento atual.

Vivemos um clima de insegurança constante. A imensa maioria do Povo está submetida a péssimas condições de vida e de trabalho. Todas as vezes que se levantam contra essa situação enfrentam toda sorte de perseguição, quer seja através de prisões, torturas, ameaças, perdas de emprego, censura, cassações de mandatos.

No Brasil é proibido aumentos salariais acima dos índices estabelecidos pelo governo; é proibido aos trabalhadores a organização em sindicatos livres e sem o controle do Ministério do Trabalho; é proibido aos trabalhadores fazerem greves;

é proibida a livre manifestação do pensamento; é proibida a livre organização de novos partidos.

A luta conta o arrocho salarial, por melhores condições de vida e de trabalho, pelo direito de greve, contra a censura, pela livre organização partidária, pela anistia ampla e irrestrita, é uma luta justa. Assim como é justo lutar por uma sociedade onde os trabalhadores, estudantes e intelectuais, que formam a maioria da população, tenham seus interesses plenamente atendidos e onde não haja qualquer tipo de opressão.

Por isso, nesse momento, clamamos por liberdades democráticas, amplas, completas. Sentimos que esse anseio é um grito atravessado na garganta de muitos milhões de brasileiros. Sabemos que a maneira de conse-

guilas será através da participação ativa e consciente de todos. Nesse sentido damos nosso apoio integral aos recentes Manifesto dos Intelectuais Contra a Censura, e ao Documento da CNBB «Exigências Cristãs de uma Ordem Política».

Por melhores condições de vida e de trabalho!

Por liberdades democráticas!

APRESENTADA
PELAS BANCÁRIAS

Nos últimos anos, nós trabalhadores temos visto cada vez mais a desvalorização de nossos salários, frente ao aumento constante do custo de vida. Temos visto subirem descaradamente os preços de todos os alimentos básicos necessários à nossa sobrevivência e a de nossas famílias, enquanto os aumentos salariais que recebemos são controlados, não acompanhando o aumento real do custo de vida.

Com o crescimento da crise econômica, mais uma ameaça se coloca para nós trabalhadores — o

desemprego, onde nossos companheiros são mandados embora, suportando todo o peso da crise provocada pelos patrões.

Dentro deste contexto social, a mulher, como minoria, assim como os menores e os negros, sofre uma maior exploração, profissionalmente é marginalizada como mão-de-obra menos capacitada, sendo utilizada essa justificativa para manter-nos em profissões ou cargos recusados pelos homens, dificultando-nos o acesso a outros melhores. Com isso, recebemos salários inferiores aos nossos colegas de profissão e, em caso de desemprego somos as primeiras a serem mandadas embora.

Outro problema que mais nos atinge duramente é o cuidado dos filhos. Nessa estrutura social, baseada na família, toda responsabilidade sobre os filhos bem como as demais tarefas domésticas, recai sobre a mulher.

Atualmente, quer por aspirações intelectuais, profissionais, ou financeiras nós mulheres sentimos necessidade de exercer outra atividade, de termos uma participação na vida social e política influenciando também nas decisões. Nesse sentido a criação de creches próximas aos locais onde moramos, trabalhamos, estudamos, é uma necessidade, mais ainda um direito a ser conquistado, uma lei a ser cumprida, no caso de nós trabalhadoras pois existe uma lei que obriga as empresas onde trabalhem mais de 20 mulheres maiores de 16 anos a manterem berçários próximos aos locais de trabalho.

Porém, essa nossa necessidade além de esbarrar na estrutura patriarcal da sociedade se ve tolhida pela falta de plenas liberdades democráticas, não temos hoje canais livres de organização e manifestação, pois nossas entidades e jornais sofrem censura e pressões.

Sabendo que somente unidas e mobilizadas seremos fortes na defesa de nossos direitos, chamamos todas as companheiras presentes a se unirem em torno deste manifesto, a distribuírem-no em seus locais de trabalho, estudo, bairros, etc. A pressionarem suas entidades representativas, sindicatos, entidades estudantis, clubes de mães, etc. a formarem comissões de mulheres que caminhem na defesa de nossas reivindicações.

PELA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES PRÓXIMAS AOS LOCAIS DE TRABALHO. ESTUDO E NOS BAIRROS POPULARES!

PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS GENERO DE PRIMEIRA NECESSIDADE!
PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!



Nos diversos estados as brasileiras discutem seus problemas.



«Hoje é o Dia Internacional da Mulher: onde estão as brasileiras?». Com esta manchete, publicada no próprio dia 8 de março, o Jornal do Brasil pressupõe logo nas primeiras horas da manhã, que «nenhuma programação marca hoje no Brasil a passagem do Dia Internacional da Mulher» e mais adiante «essa indiferença e esses números parecem indicar claramente que a mulher brasileira ainda não começou a se interessar por seus muitos problemas. Nem pelo feminismo».

Esta é a maneira pela qual a grande imprensa tem refletido o descrédito e a incompreensão de alguns setores quanto às propostas do movimento feminista brasileiro e a capacidade de luta das mulheres democratas que o compõem.

No entanto as mulheres, a partir do seu Ano Internacional (1975), tomam consciência de seus problemas, cuja vivência têm por muito tempo acumulado. Estimuladas, então, pela importância que a ONU lhes atribuiu naquele ano, vêm, aos poucos, se reunindo, levantando dados e trabalhando com vistas a resolver problemas que são pertinentes a grupos feministas.

Pela segunda vez no Brasil, o dia 8 de março foi comemorado. As manifestações, multiplicadas, espalharão-se por várias cidades em diversos Estados. Prolifera a formação de grupos de discussão, clubes de mães, de donas-de-casa, de profissionais liberais, associações de empregadas domésticas, de bancárias, e várias outras. Cada vez mais, pela intercomunicação nascente, troca de experiências, os grupos feministas vêm cerrando fileiras, congregando pessoas, colocando ou não em questão o fato de serem feministas, mas

mulheres que pretendem resolver seus problemas coletivamente.

Em cada canto do País, por menores que sejam, as atividades trazem em si o valor inestimável de passos, ainda que vacilantes, na direção de uma consciência mais nítida dos seus direitos e da luta pela emancipação feminina. Esse esforço deve ser incentivado e avaliado à luz do efeito que tem os séculos de silêncio e opressão que pesam sobre a mulher.

Através da análise dos trabalhos que se desenvolvem simultaneamente por todo o Brasil, constata-se que o denominador comum aos grupos feministas é o direito ao trabalho com salário equivalente ao homem para a mesma função, a reivindicação de creches, a orientação sobre os direitos da mulher e, mais amplamente, a luta pelos Direitos Humanos, entre outros.

AS ATIVIDADES NOS VÁRIOS ESTADOS

No RIO, durante dois dias, as mulheres se reuniram para o Encontro da Mulher que Trabalha, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira e realizado no Sindicato dos Aeroviários. Os trabalhos foram divididos em dois grandes temas — O Mercado de Trabalho para a Mulher e A Dupla Jornada de Trabalho. Durante os debates os grupos preferiram assuntos como trabalho doméstico da mulher, creches, educação sem discriminação de sexo, sindicalização da mulher que trabalha, igualdade de acesso ao trabalho, etc.

As cariocas passaram logo dos debates à ação, criando duas comissões coordenadas pelo Centro da Mulher Brasileira. Uma, para pesquisar as Organizações de Bairro já

existentes e procurar medidas que incentivem novas organizações, para que elas mesmas possam resolver, da melhor maneira, seus problemas. E outra, por profissão, para que comecem a mobilizar seus setores para defenderem-se das discriminações, exigindo aquilo a que têm direito.

As MULHERES PERNAMBUCANAS, que publicaram matéria de página inteira num jornal local (a primeira de uma série que pretendem publicar periodicamente), assinada pela recém fundada Sociedade Mulher do Nordeste, também tiveram problemas com a imprensa. A matéria foi cortada sem consulta, e as fotos das mulheres trabalhadoras substituídas pela da feminista americana Jane Fonda, que nada tinha a ver diretamente com a reportagem. «Dois gritos no Dia Internacional da Mulher» traz dois depoimentos — «Maria Parteira» e «Maria Doméstica» — e dados importantes como resultado dos trabalhos de pesquisa que o grupo está desenvolvendo sobre a situação da mulher no nordeste.

Segundo os dados divulgados pelo Jornal do Comércio de Recife «existem 54 mil empregadas domésticas na área metropolitana do Recife. Esse número representa 30% da população feminina economicamente ativa, segundo tabulação especial do censo demográfico de 1970, ano em que 63% das empregadas domésticas tinham um rendimento que representava a terça parte do salário mínimo regional que era de Cr\$ 116,00». Por outro lado, «Maria Parteira» contém dramáticas denúncias sobre a precariedade da assistência às parturientes, prestada por parteiras improvisadas, devido à grande ausência de profissionais formadas e insuficiência de médicos.

reivindica o direito de discussão dos problemas da condição feminina na sociedade, exorta o acordo da mulher crítica, atenta, revolucionária e combativa que dorme dentro de todas. Conta as experiências passadas no processo de reeducação que vem se processando desde o Ano Internacional da Mulher e convida todas as mulheres interessadas a participar do Centro, cujas propostas são, entre outras, a questão das creches, grupos de alfabetização, de educação sexual, etc. e oferece os serviços de voluntárias profissionais de diversas áreas, para vários atendimentos gratuitos através do Centro. O Manifesto prossegue com uma exortação à reflexão, à reformulação e termina — «pretendemos a liberdade, a igualdade».

Se no ano passado as comemorações do Dia Internacional da Mulher se ativeram a São Paulo e Rio, neste ano vários Estados se fazem presentes na lista das manifestações trazendo, nesta presença, todos os elementos necessários para um começo de análise e de luta, além da certeza de estarmos assistindo ao desenvolvimento de um processo que de maneira nenhuma se atém às comemorações estanques de um Dia. Esperamos que 1978 represente, através de mais um ano de trabalho, o acréscimo de muitas parcelas de força.

NOTA DA REDAÇÃO — Noticiamos nesta matéria atividades de outras cidades somente aquelas que nos foram enviadas através de cartas, relatórios ou publicações. As mulheres ou grupos que tenham promovido comemorações ou que estejam em atividade organizada, pedimos que nos enviem material para ser publicado. O BM se propõe a ser veículo de comunicação entre os grupos, nacional e internacionalmente.

BRASIL MULHER 3

"ou lutamos unidas ou morremos de fome"

«Meu sindicato está lutando para reduzir o período de aposentadoria da mulher para 25 anos. E isso não é privilégio pois 25 anos de trabalho na fábrica, mais 25 anos de trabalho em casa, são 50 anos de trabalho. Portanto, onde está o privilégio?».



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

No dia 8 de março de 1857, em N. York, as operárias das indústrias têxteis e de confecções fizeram uma greve reivindicando salários iguais aos dos homens e a redução de trabalho para 10 horas.

A importância desta manifestação, em que as mulheres se uniram para reivindicar por seus direitos, fez com que Clara Zetkin, uma militante dos direitos sociais, propusesse em 1910 que o dia 8 de março fosse comemorado em todo o mundo como o Dia Internacional da Mulher.

No Brasil, esta data passou a ter significado a partir de 1975 quando, por iniciativa da ONU, foi comemorado o Ano Internacional da Mulher.

Desde então, grupos brasileiros passaram a se reunir para discutir o significado do dia 8 de março, dia em que a mulher reafirma os princípios de sua luta pela emancipação.

Tem início a comemoração do Dia Internacional da Mulher — 8 de março de 1977 — no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e já as 19,30 hs, o movimento no saguão da GV começava. Representantes dos diversos grupos de mulheres andavam de um canto para outro pregando cartazes, arrumando as mesas para a venda dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, conversando com as pessoas que chegavam timidamente, no início. Homens, mulheres, jovens, velhos, crianças, todos que entravam detinham-se nas bancas

improvisadas dos jornais, e recebiam uma folha onde se lia: «Não há libertação para a mulher enquanto não houver liberdade para o Ser Humano». Era a frase inicial do texto-pesquisa, elaborado por este jornal, que deveria ser devolvido na saída.

As organizadoras, Centro de Desenvolvimento da Mulher — setor São Paulo, Clube de Mães, Movimento Feminino Pela Anistia, Jornal Nós Mulheres, Sociedade Brasil Mulher e cerca de 600 pessoas comemoraram o Dia Internacional da Mulher discutindo sua situação em São Paulo. Para tanto mulheres de vários setores fizeram depoimentos levando a todos um quadro da realidade das mulheres de baixa renda, trabalhadoras que representam a maioria de uma população a quem é negado o direito de falar e participar.

Seu nome poderia ser dona Maria, não importa. É uma das muitas mulheres que vivem na periferia de São Paulo que nessa terça-feira vieram para comemorar o seu dia. Sob o palco, pega o microfone e se apresenta: «Sou esposa de sergente de pedreiro, tenho seis filhos e moro num barraco. Vivemos com o salário do meu marido que é salário mínimo. Meu filho mais velho não pode trabalhar porque quando era pequeno sofreu paralisia, o outro as firmas não pegam porque vai fazer 18 anos. Assim vivemos...»

Mas, vive-se com um salário mínimo? De acordo com o DIEESE (Deptº Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômico) o salário mínimo deveria ser, em maio de 1976, Cr\$ 1.818,47 para que o operário conseguisse cobrir suas necessidades mínimas. No entanto o salário estipulado pelo governo é, até agora, de Cr\$



768,00. Na realidade o brasileiro é antes de tudo um forte, dizíamos em matéria dedicada ao assunto em dezembro de 1975 ao encerrar-se o Ano Internacional da Mulher.

—«Mas, continua dona Maria com ironia, eu me sinto feliz de não comer carne não tomar leite, só que agora eu soube que o café vai subir e aí a gente vai ficar triste, porque café a gente ainda toma. Eu lavava roupa pra fora a 30 cruzeiros mas todo mundo achava caro. Lavar roupa o dia todo por trinta cruzeiros!» E com voz rouca continua:

«Mas eu me sinto feliz. Outro dia minha vizinha veio dizendo que ia cozinhar o feijão no meu fogão de lenha porque o seu gás tinha acabado e ela não tinha dinheiro para comprar outro. Disse que eu é que era feliz por ter fogão a lenha e não a gás. Pois é, eu me sinto feliz.»

O grito de quatro milhões de pessoas

Depois de dona Maria, é a vez da representante do Clube de Mães: «Eu não sei se vocês estão lembrados do dia 20 de junho de 1976, daquela assembléia sobre custo de vida (vide BM-3 pgs 8/9), nós discutimos o Custo de Vida e é verdade custa a vida mesmos.»

Após ler a «carta aberta» que foi enviada para as «autoridades, assim como as propostas elaboradas naquela assembléia, explicou que elas, mulheres da periferia, resolveram fazer uma reunião, no ano passado, para discutir o custo de vida depois de terem escrito várias cartas para «presidente, governador, prefeito», expondo seus problemas, sem terem, contudo, recebido nenhuma resposta ou solução para suas reivindicações. Então convidaram as autoridades para ouvirem o «apelo daquelas mães sofredoras». Mas as autoridades não compareceram — pelo menos as autoridades executivas. Apenas alguns deputados e vereadores do MDB, entre eles Airton Soares que ao ser questionado sobre o que poderia fazer de concreto em relação às propostas tiradas da assembléia, disse que estava com as mãos atadas como toda classe política e que somente pessoas reunidas é que tem força para conseguir as mudanças necessárias. Esclareceu que os políticos podem levar os pedidos e reivindicações às Câmaras, mas não está nas mãos dos deputados eleitos a força para executá-los.

Congelamento dos preços, aumento de salário e abono de emergência, organização de cooperativas e construção de creches seriam saídas para a alta do custo de vida, segundo o documento elaborado na assembléia de junho e distribuído pelo clube de mães no auditório da GV.

«Nós temos necessidade de creches públicas, disse outra representante do clube de mães. Lá na periferia a miséria é muita. Nós conhecemos uma família de 13 pessoas que mora num quarto só. Elas não vivem, elas se amontoam lá. Além disso a nossa marmitta é agora branca por fora e por dentro, porque o que coloria o arroz — branco de dentro — era o feijão e uma misturazinha de legumes. Com o preço do feijão, nem colorir se pode mais. Fora isso há problemas de condução, água, esgoto, terreno clandestino.»

Na periferia de São Paulo vivem aproximadamente 4 milhões de habitantes. «Favelas, casas precárias e cortiços abrigam basicamente as classes trabalhadoras, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários. Essa situação tende a agravar-se na medida em que se vêm deteriorando os salários». A procura de solução para os problemas da população da periferia não será possível «se a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada. Pois é o capital — e não a força do trabalho — que deteriora a vida metropolitana. Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existên-



cia». (São Paulo 1975 — Crescimento e Pobreza).

Diante das limitações existentes e a necessidade de conseguirem melhores condições de vida, as mulheres do Clube de Mães propuseram uma nova reunião no dia 1º de maio de 1977. A proposta foi aceita por aclamação.

Um grito de união às brasileiras

Agora é dona Olga que pega no microfone com um sorriso aberto no rosto: «Depois de todas as miséria que foram ditas, faltou uma — o problema do menor que paga ônibus igual ao adulto, como igual, veste igual, trabalha o mesmo período e recebe salário pela metade.»

Essa discriminação do menor não é uma situação particular, atinge também outras pessoas como mulheres, velhos, e negros. Segundo o livro já citado: «ao estabelecer diferenciações desse tipo no interior das classes trabalhadoras, o sistema econômico pode explorar mais intensamente a sua força de trabalho. E selecionar aqueles que numa situação de empre-

go restrito, poderão ser exauridos e substituídos a baixo preços.»

O depoimento da operária continua: «Meu sindicato (Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Têxteis) está lutando para reduzir o período de aposentadoria da mulher para 25 anos. E isso não é privilégio pois «25 anos de trabalho na fábrica mais 25 anos de trabalho em casa são 50 anos de trabalho, portanto onde está o privilégio?»

«Normalmente, diz ela, trabalhamos umas 6 horas em casa mais 2 horas que perdemos no ônibus e mais 8 horas de fábrica, isto é, trabalhamos 16 horas por dia, e ainda acham que 25 anos de aposentadoria é privilégio.»

Quanto ao custo de vida dona Olga faz uma sugestão: «Devemos todo mundo mudar para Brasília». E explica: «lá o custo de vida só sobe 2%. Ora, pelos preços que pago a carne, o pão e o leite acho que aqui sobem muito mais, portanto a solução é todo mundo ir morar lá.»

Para esta tecelã «é hora das mulheres se unirem e ajudarem o homem. É hora de se mexer». E conclui: «olha minha gente nós temos duas alternativas: Ou lutamos unidas ou morremos de fome.»

Toma a palavra a mulher subempregada. Milhares de mulheres subempregadas prestam serviços às pequenas e médias empresas (são mulheres que trabalham em casa, pintam peças de brinquedos, torcem fio de ferro) para ajudar no orçamento familiar pois o salário de fome que o marido recebe há muito tempo não consegue cobrir. Não existe lei que garanta a essas trabalhadoras nenhum direito. Essa situação já foi denunciada no Diagnóstico da Mulher Paulista em 1975. São exploradas pelos empresários que assim conseguem manter sua produção a um preço mais baixo, devido a inexistência do vínculo empregatício, menor investimento em máquinas, luz, fiscalização e imóvel. Consequentemente os empresários mantêm o objetivo maior: o lucro.

«Sou esposa de um operário, moro na periferia, meu marido ganha pouco mais que um salário mínimo, tenho quatro filhos por isso não foi possível arrumar trabalho fixo pois tenho que cuidar das crianças. Assim tive que pegar serviço de costura para fazer em casa. Trabalha-se muitas horas até emendar a noite. Trabalhamos e além de não termos direito a aposentadoria, assistência médica, abono, porque não somos registradas, ainda temos a responsabilidade de transportar as peças para costurar. Se perdemos umas temos que pagar. A gente recebe por uma calça de homem Cr\$ 6,00 e é preciso trabalhar muito para se conseguir fazer 3 calças por dia; o shorts eles pagam Cr\$ 0,50 por peça e se consegue costurar até 30 peças por dia; agora o que estão dando é avental escolar à Cr\$ 1,00 e mal se consegue costurar 20 por dia.»

Um grito de basta é a conclusão

O Clube das Empregadas Domésticas também está presente neste dia através de suas representantes, que explicam os objetivos de seu clube: «Congregar as empregadas domésticas e possibilitar a elas um maior relacionamento, além de terem um lugar onde possam procurar algum direito e sentirem-se gente.»

«São moças que chegam do interior, sem família, e normalmente não são tratadas como seres humanos. Até pra namorar elas têm que namorar longe da casa onde trabalham. «Nós trabalhamos de 16 a 17 horas por dia e não temos direito a nada. Nós estamos lutando, concluem elas, mas seria bom que alguém tomasse uma providência.»

A representante da Associação das Donas de Casa, destaca que o objetivo da associação é fazer com que as donas de casa tenham maior valorização. «Elas também são seres humanos que sabem pensar e agir. Precisamos primeiro pensar na formação. É necessário saber porque estamos lutando. Estamos cansadas das coisas virem de cima para baixo, é hora de fazermos coisas que venham de baixo para cima. A mulher sabe pensar, tem o direito de gritar, de reivindicar, para que a gente — povo brasileiro — tenha uma vida de ser humano. Com tantos problemas a gente vai reclamar com quem? Com o Bispo? Nem ele resolve essas coisas. Se a gente assumir a gente ganha!»

A NECESSIDADE, A DENÚNCIA, O APOIO.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira tem por objetivo ser uma entidade que pretende centralizar os esforços de todos aqueles que lutam pela emancipação da mulher, luta esta que não pode ser separada da que se trava pela emancipação do ser humano em geral. É necessário que haja uma união de forças em torno dessa entidade para que ela se torne mais representativa e atuante nessa luta. O CDMB — setor São Paulo — convoca, através de sua representação no auditório da GV, todas as entidades e associações a se filiarem a ele para que esse objetivo se cumpra.

O Movimento Feminino Pela Anistia esteve presente através de sua representante Therezinha Zerbine que após afirmar a necessidade de uma anistia ampla e geral a todos os atingidos pelos atos de excessão, denunciou que «o governo brasileiro está negando a nacionalidade de aos filhos dos exilados no exterior. O direito à nacionalidade consta na nossa constituição, disse. «Não entro no mérito do que fizeram os pais, se são culpados ou não, mas negar a uma criança que vem ao mundo o direito à nacionalidade é um crime». Finalizando disse que «é hora de reavaliar esses 13 anos, é hora de união.»

Outra denúncia, feita pela representante da Casa Universitária, diz respeito à ação de despejo que a Kobayashi Habitacional do Brasil, construtora multinacional, está movendo contra elas. A Casa Universitária fundada em 1951, ocasião em que a Cúria Metropolitana cedeu o local por tempo indeterminado, abriga cerca de 50 estudantes vindas do Interior. Elas não possuem recursos para se manterem individualmente e como até o presente momento o MEC (Ministério de Educação e Cultura) não se manifestou em relação ao pedido das universitárias à posse de uma sede própria, mas apenas anunciou estudos, dessa reivindicação, as estudantes estão promovendo intensa programação com o objetivo de conseguir um fundo para cobrir as despesas. Elas têm angariado o apoio de amplos setores. Estão passando agora um abaixo assinado, procurando solidariedade em todo o território nacional.

No auditório da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, a comemoração do Dia Internacional da Mulher recebeu apoio e solidariedade de do DGE da Universidade de São Paulo, do DA, Fundação Getúlio Vargas, do vereador opositor Flávio Bierrenbach, que pediu o restabelecimento do Estado de Direito, da Diretoria Distrital do MDB Campos Eliseos e Srª Cecília além das bancárias que estiveram presentes participando com a leitura da moção transcrita na página 2.

As mulheres da periferia no dia 8 de março

Acorda Maria Bonita/ levanta vai fazer café/ que o dia já vem raiando/ e a polícia já está de pé...

Mais de 600 mulheres cantavam a música MARIA BONITA na abertura do Dia Internacional da Mulher na Zona Leste. A maioria das mulheres - empregadas e donas-de-casa da periferia - não liam a letra da música que tinha sido distribuída na entrada junto com números para sorteio de prendas, pois a sabiam de cor. No papel estavam ainda letra de outras músicas que seriam cantadas durante a comemoração - Amélia, Prá não dizer... e Cotidiano.

Três dias antes, 5 de março, também a Zona Sul comemorou o Dia Internacional da Mulher, com a presença do Centro Brasileiro da

Mulher o objetivo era discutir 3 temas: Creche, Transporte e Saúde. A reunião foi na Sociedade Amigos do Bairro, à qual compareceram dois vereadores do MDB. Muitos moradores entretanto, faltaram, devido ausência de divulgação.

Na Zona Leste, ao contrário, o grande comparecimento de mulheres surpreendeu a coordenação. De um dos bairros da região chegou um ônibus lotado que parou na porta da Igreja da Penha e quando suas portas se abriram desceram mulheres sorridentes, simples, com pratos de doces na mão, em busca do «salão da reunião das mulheres». No salão, Dom Angélico, Bispo da Região Leste 2, começou a falar que as mulheres deveriam encontrar-se com outras

mulheres, no bairro, na fábrica e começar a se preocupar com os problemas que afligem os homens e que a libertação da mulher é pouco. «Devemos lutar pela libertação do mundo». No final do discurso Dom Angélico foi muito aplaudido e pela expressão das mulheres, suas palavras foram aprovadas.

A comemoração prosseguiu com a apresentação da Associação das Donas-de-casa, do Centro Brasileiro da Mulher, do Movimento Feminino pela Anistia, dos jornais BRASIL MULHER e NÓS MULHERES. A representante do Movimento pela Anistia falou que «nós precisamos de creche, comida, mas precisamos de liberdade» e explicava que a Anistia era um instrumento jurídico. Muitas mulheres não

entenderam o que era Anistia e a representante do Movimento voltou aos microfones explicando o significado da Anistia, indo até aos gregos e terminando com a exclamação: «anistia é uma chaga no coração». Os dois jornais colocaram seus princípios de veicular a luta da mulher pela sua emancipação.

A segunda parte da comemoração permitiu a participação as mulheres. Na entrada do salão elas receberam um pequeno papel que falava um pouco do significado do dia 8 de março, DIA MUNDIAL DA MULHER.

Todos nós, mulheres, sabemos o quanto se torna útil o nosso trabalho na família como mãe, esposa, vizinha etc... e também fora como operária e trabalhadora. Isto em particular quando procuramos transmitir para outras mulheres todo o nosso valor de modo que a vida não se torne uma prisão e rotina de todos os dias.

Esses valores que só como mulheres podemos ter, se tornam de grande proveito quando procuramos comunicá-los aos outros.

No dia de hoje vamos juntas tomar consciência dos nossos valores e do papel que temos na sociedade.

Nada mais importante que sentir tudo como valor do cristão que acredita na justiça, na paz e no amor do Senhor

O conteúdo desse papel foi lido por todas as mulheres em cada grupo e a partir da leitura começou a discussão dos problemas da mulher. As coordenadoras de cada grupo se encarregaram de ampliar as discussões e permitir que todas falassem. As discussões giraram em torno de assuntos que não estavam ligados diretamente aos entraves colocados para a mulher.

«Política eu não gosto. É por causa da minha formação. Meu marido tem sede de justiça. Quando assiste televisão e ouve o repórter só fica nervoso. Ele já vem massacrado desde o tempo de novo. Trabalhou tanto, mas se não tivesse os filhos nem casa tinha». A moradora de São Matheus contou o problema de seu marido sem nenhuma inibição e convencia outras mulheres a falarem de seus problemas. Uma outra mulher contou que seu marido não vê necessidade de que ela discuta política «pois nada está faltando prá ela e tudo está bem» e termina seu depoimento com uma constatação desconcertante: «meu marido não deixa nem eu saber o preço do gás.

Tudo é ele quem cuida». De fato, este era um caso raro entre as 600 mulheres, constituídas na maioria de mulheres às voltas com o alto custo de vida e o minguado salário do marido. Quando não eram donas-de-casa, as outras mulheres que lotavam o salão da Igreja da Penha trabalhavam como empregadas domésticas, com os mesmos problemas das donas-de-casa além de outros, próprios da sua profissão. Elas não têm direito ao 13º salário, Fundo de Garantia por tempo de Serviço, aviso prévio e sindicalização. As empregadas só conseguiram, até agora, o direito de se tornarem seguradas do INPS e mesmo assim muitas não se registram no INPS, pois o desconto de 8% de um salário, que já é baixo, não encoraja ninguém.

Em todos os grupos foram anotados os problemas e as sugestões de cada uma, depois escritos no quadro negro.

PROBLEMAS

— Falta de comunicação entre nós. Falta de conhecimentos básicos. Os maridos não as valorizam.

— Falta de valorização da mulher por causa de sua educação. Falta de valorização do trabalho feminino. Preconceito. Dificuldades de sair para trabalhar por causa do marido, filhos e falta de creches. Falta de escolas, luz, esgoto. Falta de emprego e liberdade.

PRECISAMOS

— União. Mais comunicação entre nós. Nos libertar dentro e fora de casa. Direito ao trabalho sem restrições. Salários iguais. Alimentação e salários melhores para todos. Valorizar o trabalho da dona-de-casa («que não é valorizado porque não é remunerado. A gente se sente desvalorizada dentro de casa»). Anistia e liberdade de expressão. Conhecimento dos nossos direitos e fazer respeitar os nossos direitos. Baixar o custo de vida.

SUGESTÕES

— Promover encontros semelhantes. Formar uma comissão constituída de elementos de cada grupo para estudar, discutir e ver prioridades. Marcar novo encontro para encaminhar o trabalho junto com outros grupos que trabalham com mulheres.

Passava das cinco horas. As mulheres tinham pressa em ir embora. Seus maridos estavam de volta para jantar e elas tinham muito trabalho ainda naquele dia.

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

20 horas
8 DE MARÇO
1977



no auditório da fundação getúlio vargas
av. 9 de julho, 2029

BRASIL CORREIO

BRASIL/ CORREIO reproduz aqui parte dos debates que se travaram através de dezenas de cartas, entre as organizadoras e participantes do Encontro do Dia Internacional da Mulher — realizado no dia 8 de março no auditório da Fundação Getulio Vargas (S.P.),

NÓS, que estivemos presentes, queremos apresentar o nosso repúdio pela forma irônica com que o Jornal da Tarde tratou um assunto tão sério que foi levado a público pelos organizadores — jornais «Nós Mulheres» e «Brasil Mulher»; Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Movimento Feminino pela Anistia; Clube das Mães — em comemoração ativa e realista do Dia Internacional da Mulher. Além da forma irônica, havia também inverdades. A repórter Sheila Lobato, que acompanhou a Assembléia comemorativa, relatou os assuntos tratados de forma distorcida.

A diáspora principal da Assembléia foi a de tratar as dificuldades da mulher como um todo, fazendo parte dos problemas sociais que a população brasileira enfrenta. A presença de grande número de homens participantes (destacado pelo próprio jornal), vem demonstrar uma união dos dois sexos, como companheiros de luta pela solução dos problemas sociais.

ASSINADO POR 104 MULHERES

SHEILA / Faz algum tempo uma escritora portuguesa declarou em São Paulo que nossas piores inimigas são as «mulheres travestis», aquelas que sendo do sexo feminino adotam como seu o ponto de vista dos homens mais retrógrados. Fiquei decepcionada ao constatar que seu artigo sobre a comemoração do Dia... constituiu-se em um exemplo claro e inequívoco do mais autêntico pensamento travesti feminino. Que seus chefes o publiquem em letras garrafais é de se lamentar. Mas o que me deixa realmente triste é ver que você se prestou a esse papel, parece que até com certo entusiasmo. Assisti à reunião do começo ao fim. Dentre as várias das quais já participei foi a que mais me tocou. Bem organizada, séria, com pessoas de diferentes classes sociais, e até vários homens, que não demonstraram em nenhum momento estarem preocupados com a quantidade de cosméticos utilizada pelas presentes. Aliás o preço desses produtos já é uma razão suficiente para explicar porque grande parte da audiência não os utilizava. A frase «um lugar para namorar», posta em

destaque na matéria, revela flagrante desonestidade do relato, pois foi colocada fora do contexto e dá a impressão errada de que foi essa a mais importante reivindicação lá feita. Pelo contrário, como você deve lembrar, esse problema foi citado por uma doméstica, que assim tentava exemplificar como as empregadas não possuem nem um dos mais elementares direitos da pessoa humana que é ter um domicílio próprio. O que dizer então da solução que você propõe para os terríveis problemas de sobrevivência descritos em vários depoimentos: «porque não compram pílulas anticoncepcionais?». Parece que você engrossa as fileiras dos que querem solucionar a pobreza eliminando os pobres. É claro, Sheila, que a mulher de arquiteto que você entrevistou não conhece esses problemas. Provavelmente sempre contou com dinheiro para comprar cosméticos, vários lugares para namorar e condições para utilizar anticoncepcionais com segurança. Com um carro na garagem é óbvio que não enfrenta problemas de condução. Além disso suas duas empregadas a deixam livre para se realizar fora do lar. Como representante da classe média, os problemas de repressão, censura, liberdade de reunião e achatamento salarial não a preocupam muito. Pelo contrário, asseguram a «paz social» necessária para seu sossego. Sabe, Sheila, a história se encarregará de contrariar posições como a sua. Ou quem sabe se até lá você abre os olhos.

MARIA M. CAMPOS; CAPITAL

ESTIVE presente na FGV e achei lamentável que um jornalista pudesse deturpar de tal maneira os acontecimentos. O que reivindicou naquela noite foram realmente problemas das mulheres brasileiras, uma vez que são de todo o povo brasileiro. Anistia para os presos políticos, revogação do AI-5 e de todos os atos de exceção, aumento de salários, igualdade de salário para trabalhos iguais, independente de sexo, contenção da alta do custo de vida, situação dos menores, criação de creches, melhoria dos transportes coletivos, etc. Como se vê, são problemas do nosso povo e consequente-

mente de uma parcela tão explorada, a mulher, que além de todas essas opressões, sofre também a do preconceito. A repórter diz também que «sentiu-se a preocupação em escolher, sempre, as representantes das mais baixas camadas sociais. E fazer da miséria, ou melhor, do desejo de acabar com ela, uma reivindicação básica da libertação da mulher». Acaso não são as mais baixas camadas sociais a maioria da população? Se houve esta preocupação, não a senti, uma vez que lá estiveram representados o DCE da USP, a Cúria, Comissão Jovem do MDB, vereadores, etc. Ou a sra. Sheila os julga também das camadas sociais mais baixas? Não acredito tão incapaz, d. Sheila. A quem queria agradar escrevendo tantas inverdades? O fato de a imprensa ver-se obrigada a dedicar parte de suas linhas à manifestações do movimento feminino no Brasil, deturpando-o ou não, prova que a mulher destacou-se como força progressista e democrática no cenário social brasileiro, agrade ou não as donas Sheilas. **Uma leitora feminista Conceição da Silva - Capital**

BM transcreve aqui a carta da Ingrid ao Jornal da Tarde. Ingrid aparece na controvertida reportagem como mulher padrão classe média, para efeito jornalístico de comparação:

GOSTARIA de esclarecer às organizadoras do Dia Internacional da Mulher o meu «ligeiro depoimento», o qual não teve nada a ver com o foi discutido na FGV. Meu depoimento, mal-interpretado por Sheila Lobato, coloca somente a posição de uma mulher que trabalha, não numa «tentativa» de participar, mas dando a contribuição de que é capaz. Creio que o trabalho com adolescentes excepcionais, durante seis horas por dia, não pode ser chamado apenas de «tentativa» ou desejo de participar». Eu só poderia depor a respeito do que sou e faço, isso não significando que ignore ser parcela de uma minoria ou que ignore os aspectos culturais, sociais e políticos brasileiros. **INGRID. F. ZAMBONI, CAPITAL - JT - 06.04.77**

A repórter Sheila Lobato responde:

com o auditório superlotado — e o Jornal da Tarde, na pessoa da repórter Sheila Lobato, que fez a controvertida cobertura publicada no dia seguinte, sob o título «Nossas inquietas feministas e todos os seus pedidos. Um deles: Um lugar para namorar».

CUSTO de vida, salários, direitos humanos, anistia, são temas da competência de todo o mundo. É claro que é direito e obrigação de qualquer pessoa discutir esses temas. Porém, para algumas mulheres que estavam na platéia, representantes de grande parte da população, com problemas de subsistência é uma carga de informação muito grande. Por mais importantes que sejam esses temas, para uma pessoa que está às voltas com problemas de subsistência, é um pouco de desperdício tentar absorver essas informações sem condições de lidar com isso objetivamente. E a reunião, assim, não encontrou saída para outros problemas. Pode-se dizer que a reunião da GV foi um desperdício. Havia uma platéia heterogênea, uma massa elitizada, que fez colocações intelectuais, politizadas, em alto nível, numa grande disparidade com a platéia ou com a maioria dos depoentes. Desperdício também porque havia oportunidade de fazer coisas mais objetivas ou orientações mais objetivas. Positivo é requisitar creches no local de trabalho, como prevê a CLT requisitadas pelas representantes das bancárias. A colocação da mesa era em nível de mudança estrutural e a colocação das depoentes partia sempre do pessoal. Talvez fosse necessário responder ao nível pessoal, em primeiro lugar, até que elas se colocassem como seres humanos, e depois partir para uma preocupação mais intelectual. A

posição da mulher ainda é muito instável, principalmente neste país. O grande pecado da reunião foi misturar coisas, porque assim não saiu nada de produtivo para nenhum grupo, principalmente para o grupo que mais precisa. A reunião teve coisas positivas, é claro. O número de pessoas presentes é positivo. Há uma camada da população interessada em resolver problemas femininos. Mas, eu indago: que tipo de futuro produtivo podem ter reuniões como aquela? Enquanto houver distância entre a liderança e a massa de mulheres, acho que não acontecerá nada. Se houver uma mudança no movimento, em termos de aplicação teórica, acho que haverá futuro. O processo de mudança pode ser acelerado, se for mais prático.»

JT 06.04.77

Aos leitores e assinantes

Depois de um intervalo de 4 meses desde nossa última edição — o nº 6 — o jornal Brasil Mulher passou por diversas dificuldades, incluindo e principalmente, problemas financeiros. No entanto, a Sociedade enquanto tal vem prosseguindo com suas atividades, das quais o jornal é apenas uma.

Conscientes de que a imprensa independente e democrática é um patrimônio político do leitor, esperamos sua compreensão e colaboração. Embora com uma dificuldade operacional a mais sobre as publicações do gênero — não constituímos uma empresa, mas uma sociedade civil sem fins lucrativos, portanto sem capital — esta nossa edição, embora menor per quanto extra — **DOCUMENTO** — virá, esperamos, marcar mais uma tentativa de periodicidade, mas que havermos de alcançar. **APOIE O BRASIL MULHER: LEIA, ASSINE, DIVULGUE, DISCUTA.**

BRASIL MULHER 7

EXPEDIENTE

Conselho Editorial: Joana Lopes, Lila Figueiredo, Marina D'Andrea, Rose Mary Souza Serra, Diretora Responsável: Ana Maria de Cerqueira Leite, Editora: Joana Lopes, Equipe de Redação: Giulia Di Vizia, José dos Santos Guimarães, Marina D'Andrea, Pedro Paulo Feliciano, Senackis Hazzardá, Vasiliki Thomas Constantinos, Colaboradores: Aneliana Silva Telles, Beatriz do Valle Forgiari, Dives M. B. Romão, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina S. C. Leite, Moema V. M. Figueiras, Maria Isabel Cortes Bordas, José R. D'Andrea, Ilustração: Lila Figueiredo, Arte: Helena Oliveira, Correspondentes: Paris — Linda Yukil / México — Vani de Rabal, Dept. Jurídico: Márcio Ramos de Souza, Luis Eduard de Rodrigues Generalis, Distribuidor: Bolo Horizonte — Editora Textual Ltda., Curitiba — J. Ghignone, 8 - Cis. Ltda. Rua de Janeiro, Livraria Feltrin, São Paulo — Livraria OUTRAC.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher, Sede em Londrina — Av. Inglaterra, 655 CAIXA POSTAL Nº 1378. Filial São Paulo: Rua Oscar Freire, 1607, ap.2, Caixa Postal 13697, Turagem 5.000 exemplares.

A reprodução das matérias em Brasil Mulher será permitida mediante autorização prévia do Conselho Editorial.

Serviço de Arte, composição e impressão: Diários Associados, São Paulo, 30/04/77.

Brasil Mulher

8 DE MARÇO

No dia 8 de março de 1908, as trabalhadoras da fábrica têxtil Cotton de Nova York declaram greve contra as péssimas condições de trabalho a que são submetidas — as operárias da Cotton, bem como todas as outras exploradas na negra fase da revolução industrial, trabalhavam 14 a 16 horas diárias, recebiam salários de miséria, davam à luz às vezes no interior da fábrica, e morriam vítimas de tuberculose aos trinta anos.

Perante a negativa do patrão diante de suas reivindicações, as operárias ocupam a fábrica. Em represália, ele fecha todas as portas e atea fogo ao edifício. As 129 mulheres morrem queimadas.

Dois anos depois, em 1910, a Organização Internacional de Mulheres realiza em Copenhague seu primeiro Congresso Internacional de Mulheres. Nessa ocasião, o dia 8 de março foi instituído como o Dia Internacional da Mulher, em memória das 129 trabalhadoras assassinadas.

1º DE MAIO

No dia 11 de novembro de 1887, quatro sindicalistas — Partisons, Spies, Fischer e Engel — são enforcados em Chicago, nos Estados Unidos. Sua condenação faz parte da luta dos trabalhadores da Europa e dos Estados Unidos pela diminuição da jornada de trabalho — lutar pela jornada de oito horas, não significava apenas reduzir tempo de trabalho, mas diminuir o desemprego e aumentar, com a restrição do exército de desempregados, o preço dos salários.

Dos «oito de Chicago», condenados num longo e injusto processo, três — Schwab, Neebe e Fielden — conseguem o perdão sete anos mais tarde e um — Lingg — suicida-se na prisão. No dia 1º de maio de 1890, o Congresso americano promulga a lei que regulamenta a jornada de trabalho em 8 horas. E o primeiro de maio passa a ser comemorado internacionalmente.

8 DE MARÇO E 1º DE MAIO UNEM-SE NA MESMA LUTA

Quando esta edição estiver nas ruas, levando aos quatro cantos o movimento ainda inicial das mulheres comemorando no Dia Internacional da Mulher, estará muito próximo o dia 1º de maio, data máxima dos trabalhadores em todo o mundo, cujo significado interliga-se profundamente ao atribuído ao dia 8 de março.

Essas duas comemorações têm como ponto comum não serem dias de festa mas de reflexão e de luta. Luta por melhores condições de vida e de trabalho — cada vez piores para a maioria do povo brasileiro, e luta por liberdades democráticas.

Quem pode modificar esta situação? Cabe aos homens e mulheres dos setores oprimidos, conscientes e unidos, determinar as mudanças profundas que dêem prioridade a seus interesses e necessidades.

A Sociedade Brasil Mulher e seu Jornal Brasil Mulher incorporam-se a esta luta e solidarizam-se, neste primeiro de maio, com os trabalhadores de todo o mundo.

